DIÁRIO OFICIAL
ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ
www.mongagua.sp.gov.br - Conforme Lei Municipal nº 2.865, de 27 de junho de 2017

PODER EXECUTIVO

Conselhos Municipais

Conselho Municipal de Turismo - COMTUR

Conselho Municipal de Turismo de Mongaguá - COMTUR

Biênio 2026/2028.

ATA DA 29º REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DA ESTÂNCIA DE MONGAGUA
(28 DE OUTUBRO DE 2026)

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 18h30 ocorreu na sala 01 da Escola Técnica Estadual Adolpho Berezin, sito a Av. Monteiro Lobato, 800, Baln. Jussara, Mongaguá, reuniram-se em reunião ordinária do Conselho Municipal de Turismo da Estância de Mongaguá (Comtur Mongaguá) os seguintes conselheiros e convidados que se encontram ao final dessa ata.

A reunião foi presidida pela presidente do Conselho Municipal de Turismo da Estancia de Mongaguá, Michelle Santana do Nascimento. A mesma agradeceu a presença de todos.

- Fala Introdutória: A Presidente Michelle Nascimento informou aos conselheiros que a pauta da reunião contemplaria orientações da Vigilância Sanitária, especialmente direcionadas aos estabelecimentos que atuam no setor de alimentação, como restaurantes, quiosques e demais serviços relacionados. Destacou-se que, conforme discutido na reunião anterior, será organizada uma capacitação específica e mais detalhada, a ser realizada em data posterior, com o objetivo de esclarecer as normas sanitárias e orientar os comerciantes quanto às adequações necessárias para o funcionamento regular de seus estabelecimentos, especialmente diante da proximidade da temporada de verão. Ressaltou-se a importância da ampla divulgação dessa iniciativa, contando, inclusive, com o apoio da Associação Comercial, visando alcançar o maior número possível de interessados e prevenir eventuais irregularidades que possam resultar em sanções ou interdições. Na sequência, foi apresentada a previsão de abordagem do evento Integra.T, destacando sua relevância para o acompanhamento das políticas públicas, iniciativas e discussões relacionadas ao desenvolvimento do turismo no Estado de São Paulo. Enfatizou-se a importância de compartilhar com os conselheiros as informações obtidas em reuniões e encontros com representantes de órgãos estaduais, considerando seus reflexos na gestão turística municipal. Também foi ressaltado o papel do Conselho Municipal de Turismo como espaço de representatividade da sociedade civil, diálogo e articulação entre o poder público e a iniciativa privada, buscando apoiar os diferentes segmentos turísticos e promover ações voltadas ao fortalecimento da atividade no município. Nesse contexto, mencionou-se a possibilidade de inclusão de futuras pautas relacionadas ao artesanato, bem como a continuidade das discussões envolvendo os quiosques e demais atividades comerciais vinculadas ao turismo. Destacou-se, ainda, a importância do apoio aos empreendedores locais, sobretudo no período de alta temporada, considerado fundamental para a movimentação econômica e a sustentabilidade dos estabelecimentos comerciais. Por fim, foi esclarecido que a apresentação sobre Turismo de Base Comunitária, inicialmente prevista para a presente reunião, precisou ser adiada em razão da indisponibilidade de agenda do professor indicado pelo conselheiro Ubiraci Loureiro (titular da cadeira de Meio Ambiente e Agricultura), ficando sua participação prevista para a próxima reunião. Reiterou-se que a

capacitação destinada aos profissionais do setor de alimentação será programada separadamente das reuniões ordinárias do Conselho, considerando a necessidade de maior tempo para o aprofundamento das orientações técnicas.

- **Análise da 28ª ata da reunião ordinária:** Sem nenhuma objeção a ata da 28º reunião ordinária do Conselho Municipal de Turismo da Estância de Mongaguá (Comtur Mongaguá) foi aprovada pelo colegiado.

- Apresentação Sobre a Vigilancia Sanitaria e sua atuação na Estancia de Mongaguá: A presidente Michelle Nascimento apresentou aos conselheiros as servidoras públicas Mariane Mercurio e Jandira Accioly, responsáveis pela Vigilancia Pública da Estancia de Mongaguá.

Inicialmente, foi destacada a importância da parceria entre o poder público, os comerciantes e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), visando à disseminação de informações, à prevenção de riscos sanitários e à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população e aos turistas. As representantes esclareceram que, embora exista interesse na realização de uma capacitação presencial mais abrangente, a disponibilidade reduzida de profissionais da Vigilância Sanitária exige planejamento para sua execução, ficando a proposta de treinamento para posterior organização, após o retorno de férias da profissional responsável. Ressaltaram, ainda, que o conhecimento e o cumprimento das normas sanitárias constituem responsabilidades dos próprios empreendedores, cabendo ao órgão municipal orientar, fiscalizar e contribuir para a preservação da saúde pública.

Durante a apresentação, foram abordadas as principais legislações que regulamentam as boas práticas nos serviços de alimentação, com destaque para a Resolução RDC nº 216/2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que estabelece procedimentos relacionados à higiene dos manipuladores, às condições estruturais dos estabelecimentos, à conservação dos alimentos e à elaboração do Manual de Boas Práticas e dos Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs). Também foi mencionada a Lei Estadual nº 10.083/1998, que institui o Código Sanitário do Estado de São Paulo, além das normas estaduais do Centro de Vigilância Sanitária (CVS), relacionadas às condições sanitárias e aos procedimentos de licenciamento. As representantes informaram sobre a atualização da regulamentação estadual, mencionando a Portaria CVS nº 5/2013 e a Portaria CVS nº 3/2026, cuja entrada em vigor, conforme apresentado, estaria prevista para 1º de fevereiro de 2027. Nesse sentido, recomendaram que os comerciantes acompanhem as alterações normativas, especialmente aqueles que pretendem realizar reformas, ampliações ou investimentos em seus estabelecimentos, evitando despesas com adaptações que possam não atender às novas exigências.

Em relação ao licenciamento sanitário, foi esclarecido que a classificação dos estabelecimentos ocorre conforme o grau de risco das atividades desenvolvidas, considerando o Código Nacional

de Atividades Econômicas (CNAE) registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Foi explicado que determinadas atividades classificadas como de baixo ou médio risco podem solicitar o licenciamento sanitário por meio dos sistemas eletrônicos disponibilizados pelo Governo do Estado de São Paulo, sem a necessidade de inspeção prévia, permanecendo, entretanto, sujeitas à fiscalização posterior. Durante os esclarecimentos, foi apresentado o exemplo de uma pousada que oferece café da manhã aos hóspedes, sendo orientado que a identificação das exigências aplicáveis depende da consulta ao CNAE e aos anexos da regulamentação pertinente. As representantes também destacaram que a licença sanitária não substitui o alvará de funcionamento e que eventuais dúvidas sobre os procedimentos administrativos podem ser encaminhadas diretamente aos canais oficiais da Vigilância Sanitária Municipal.

Na continuidade, foram detalhados os principais aspectos observados durante as inspeções sanitárias, incluindo as condições físicas das instalações, a higienização dos ambientes e utensílios, a saúde ocupacional dos trabalhadores, a manipulação adequada dos alimentos, o controle de temperatura dos equipamentos de refrigeração, a identificação dos produtos armazenados, a rastreabilidade das matérias-primas, a higienização dos reservatórios de água e o controle integrado de pragas. Foi ressaltada a necessidade de manter os alimentos devidamente identificados, especialmente após a abertura das embalagens originais, com informações sobre a data de abertura, o prazo de validade e as condições de conservação, conforme as orientações dos fabricantes e a legislação sanitária. Também foi recomendada a realização de registros periódicos das temperaturas dos equipamentos, de forma a comprovar a manutenção das condições adequadas de armazenamento. Quanto ao controle de pragas, destacou-se a importância da contratação de empresas devidamente licenciadas, mantendo-se disponíveis os comprovantes dos serviços executados, a identificação dos produtos utilizados e os respectivos responsáveis técnicos.

Outro ponto abordado foi a necessidade de manter atualizada a documentação relacionada à segurança sanitária e à saúde dos trabalhadores, incluindo os Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs), os registros vinculados ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), os certificados de capacitação, o Manual de Boas Práticas, os Procedimentos Operacionais Padronizados e os registros de manutenção e higienização. Foi esclarecido que a documentação deve permanecer acessível para apresentação durante as inspeções, mesmo quando parte dos registros estiver sob responsabilidade de empresas de contabilidade ou prestadores de serviços especializados. Também foram mencionadas as exigências relacionadas à segurança contra incêndios, incluindo a regularização dos estabelecimentos perante o Corpo de Bombeiros, conforme as características e o enquadramento de cada imóvel. As representantes reforçaram que a prevenção de riscos deve contemplar tanto a segurança alimentar quanto as condições de trabalho e a integridade física dos funcionários e consumidores.

Conselho Municipal de Turismo de Mongaguá - COMTUR

Biênio 2026/2028.

Durante os debates, foram apresentados esclarecimentos sobre os procedimentos de fiscalização realizados pela Vigilância Sanitária Municipal. Informou-se que as inspeções podem ocorrer por meio de ações de rotina, atendimento a denúncias ou operações conjuntas com outros setores da administração pública. Foi mencionado que, conforme informação divulgada em 17 de junho de 2026, haviam sido realizadas 412 inspeções técnicas em estabelecimentos comerciais, considerando o período compreendido entre o segundo semestre de 2025 e maio de 2026. As representantes esclareceram que a fiscalização não ocorre exclusivamente mediante denúncias, sendo organizada conforme critérios de risco sanitário, prioridades identificadas e disponibilidade de recursos humanos. Quanto às irregularidades constatadas, explicaram que as medidas administrativas adotadas dependem da natureza e da gravidade das infrações, podendo envolver notificações, autos de infração, inutilização de produtos impróprios para consumo e, quando necessário, outras medidas previstas na legislação. Também foram prestados esclarecimentos sobre os procedimentos de defesa administrativa e apresentação de propostas de adequação pelos responsáveis pelos estabelecimentos.

Na oportunidade, foram discutidas situações identificadas durante fiscalizações realizadas em quiosques comerciais da orla marítima de Mongaguá. As representantes relataram a constatação de problemas relacionados ao desgaste das estruturas físicas, à presença de aberturas que favorecem o acesso de vetores e pragas, à utilização de utensílios deteriorados ou com sinais de corrosão, à ausência de registros de higienização de reservatórios de água e de controle de pragas, bem como à falta de identificação adequada de alimentos armazenados e de documentação referente à saúde ocupacional dos trabalhadores. Foi destacado que a exposição prolongada das instalações à maresia e às condições climáticas contribui para sua deterioração, exigindo manutenção e adequações constantes. Durante os questionamentos, os comerciantes solicitaram esclarecimentos sobre a diferenciação entre produtos efetivamente vencidos e aqueles armazenados sem identificação de data de abertura ou manipulação, sendo explicado que se tratam de situações distintas, embora ambas possam representar irregularidades sanitárias. Reforçou-se, nesse contexto, a necessidade de procedimentos padronizados de identificação e controle dos alimentos.

Os representantes do setor comercial também manifestaram preocupação com as condições estruturais dos quiosques, destacando que parte dos problemas decorre de instalações antigas e de limitações existentes desde sua implantação. Foram mencionadas a ausência de sanitários adequados para os trabalhadores, as dificuldades de ventilação e circulação de ar nas cozinhas, a deterioração das estruturas e a necessidade de melhorias nas condições de higiene e segurança. Nesse sentido, foi ressaltada a importância da revitalização da orla e da modernização dos equipamentos comerciais, de modo a proporcionar condições adequadas de trabalho, atendimento às exigências sanitárias e melhoria da qualidade dos serviços turísticos. Também foram levantadas questões relacionadas à presença de roedores em determinadas áreas públicas e ao acúmulo de resíduos alimentares, sendo esclarecido que algumas

situações exigem atuação integrada de diferentes secretarias municipais, por ultrapassarem as atribuições específicas da Vigilância Sanitária.

Durante as manifestações dos conselheiros e comerciantes, discutiu-se ainda a necessidade de ampliar a profissionalização dos empreendedores e trabalhadores do setor de alimentação, considerando o histórico de informalidade de parte das atividades comerciais e a contratação frequente de funcionários temporários durante a temporada de verão. Foi ponderado que a adequação dos estabelecimentos às exigências legais deve ser acompanhada de ações educativas e de orientação, sem afastar as responsabilidades individuais dos proprietários e trabalhadores. Nesse contexto, destacou-se a atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que disponibiliza cursos e ferramentas voltados à gestão empresarial, à manipulação de alimentos e à qualificação profissional. As representantes enfatizaram que o empreendedor deve atuar como multiplicador do conhecimento, orientando seus funcionários sobre práticas adequadas de higiene, conservação dos alimentos, prevenção de contaminação cruzada e atendimento às normas sanitárias, sobretudo nos períodos de maior movimentação turística.

Como medida de incentivo à qualificação, foi apresentado um curso gratuito e on-line de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, disponibilizado por meio da plataforma oficial do Governo Federal, com carga horária de 12 horas, prazo de 30 dias para conclusão e emissão de certificado. Foi informado que o conteúdo contempla procedimentos de higiene pessoal, recebimento e armazenamento de matérias-primas, conservação de alimentos, limpeza de equipamentos e utensílios e prevenção de riscos de contaminação. As representantes recomendaram que proprietários, funcionários efetivos e trabalhadores temporários realizem a capacitação, destacando a importância da manutenção dos respectivos certificados nos estabelecimentos. O acesso ao curso, por meio de link eletrônico, foi disponibilizado no grupo de comunicação do COMTUR, sendo solicitado aos conselheiros que compartilhassem a informação com outros comerciantes e profissionais do setor, ampliando o alcance da iniciativa.

Ao final, as representantes da Vigilância Sanitária reforçaram que a fiscalização sanitária tem como finalidade principal a proteção da saúde pública, a prevenção de doenças transmitidas por alimentos e a promoção de condições seguras de trabalho e consumo, não devendo ser compreendida exclusivamente como uma atividade punitiva. Ressaltaram a importância da cooperação entre o poder público, os empreendedores e as entidades representativas, especialmente diante da proximidade da temporada de verão e do aumento esperado no fluxo de visitantes. Ficou destacada a proposta de continuidade das ações de orientação e da futura realização de capacitação específica para os estabelecimentos comerciais, conforme a disponibilidade da equipe técnica municipal. Encerrada a apresentação, a condução da reunião agradeceu às representantes pela disponibilidade, pelos esclarecimentos prestados e pela contribuição ao fortalecimento das boas práticas sanitárias nos serviços de alimentação do município, dando prosseguimento aos demais assuntos previstos na pauta.

Conselho Municipal de Turismo de Mongaguá - COMTUR

Biênio 2026/2028.

- Momento Estadual: O Secretário Executivo do Conselho Municipal de Turismo da Estancia de Mongaguá, Almir Douglas de Oliveira Marcellino informou aos presentes da participação no programa da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo Integra.T, iniciativa voltada ao fortalecimento do turismo paulista por meio da integração entre municípios, regiões turísticas, gestores públicos e privados, Instâncias de Governança Regional (IGRs) e entidades representativas do setor. Ele esclareceu que o programa tem como finalidade promover a identificação das potencialidades, dos desafios e das oportunidades existentes nas diferentes regiões do Estado, buscando soluções conjuntas para o aprimoramento da atividade turística, a valorização dos recursos culturais e naturais e o desenvolvimento de novos produtos e atrativos turísticos. Informou-se que as atividades tiveram início em agosto de 2026, com a realização de encontros regionais organizados em etapas temáticas, compostas por atividades virtuais de abertura e encerramento e encontros presenciais destinados à troca de experiências, ao diagnóstico territorial e à construção de propostas para o desenvolvimento regional do turismo. A primeira etapa ocorreu no município de Registro, contando com a participação de representantes do município de Mongaguá, enquanto a segunda foi realizada em Serra Negra, onde participou de forma presencial no mês de setembro, abordando a temática do posicionamento e da identidade regional. Nessa oportunidade, foram desenvolvidas discussões sobre a identificação das características históricas, culturais e turísticas dos territórios, a valorização de elementos da identidade regional e a utilização de ferramentas de planejamento estratégico, como a análise SWOT, destinada à identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, visando ao reconhecimento de potencialidades ainda pouco exploradas e à recuperação de atrativos que possam contribuir para a diversificação da oferta turística. Também foram mencionadas as etapas previstas para São José do Rio Preto e Presidente Prudente, contemplando outras temáticas relacionadas à governança regional, ao planejamento e à cocriação de roteiros turísticos. Destacou-se que as atividades contam com a participação e o apoio de instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e entidades representativas dos municípios turísticos paulistas, como a Associação das Prefeituras das Cidades Estancias do Estado de São Paulo (APRECESP) e Associação dos Municípios de Interesse Turistico do Estado de São Paulo (AMITESP). Foi informado, ainda, que os resultados e as propostas elaboradas ao longo das quatro etapas deverão ser consolidados em um encontro estadual previsto para ocorrer até março de 2027, no município de Águas de São Pedro, reunindo representantes das regiões turísticas e das instituições participantes para avaliação das discussões e definição de possíveis encaminhamentos. Ressaltou-se que o programa contempla tanto as Estâncias Turísticas quanto os Municípios de Interesse Turístico (MITs), incentivando a participação de municípios como Mongaguá, Praia Grande e outras localidades da região da Costa da Mata Atlântica. Por fim, foi enfatizada a importância de ampliar o envolvimento dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTURs), das instituições de ensino, das entidades representativas e da iniciativa privada nessas atividades, considerando seu papel estratégico na construção de políticas

Estância Balneária de Mongaguá – Estado de São Paulo
Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

públicas, na qualificação dos serviços, na valorização das identidades territoriais e na consolidação de um modelo de desenvolvimento turístico regional integrado, participativo e sustentável. A presidente Michelle Santana ressaltou a importância de estar participando desse evento, considerando que esses espaços reúnem os principais representantes do setor turístico para o planejamento de políticas públicas, a identificação de oportunidades e a definição de estratégias voltadas ao desenvolvimento das regiões turísticas. Destacou-se que a ausência de representatividade dos municípios da Baixada Santista nessas discussões pode comprometer sua participação em programas, investimentos e iniciativas estaduais, especialmente diante dos critérios de classificação e ranqueamento das Estâncias Turísticas e dos Municípios de Interesse Turístico (MITs), que influenciam a distribuição dos recursos destinados à infraestrutura turística. Como exemplo, foi mencionado o processo de revisão do ranqueamento estadual, ocasião em que a Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo (APRECESP) articulou uma comissão composta por oito prefeitos para dialogar com o Governo do Estado, visando à manutenção da classificação de municípios turísticos tradicionais, como Ilhabela e Aparecida, diante da possibilidade de perda do título de Estância Turística. Segundo o relato, a mobilização contribuiu para a preservação dos títulos, embora tenham sido estabelecidas diferenciações quanto ao repasse de recursos financeiros. Nesse contexto, enfatizou-se que a participação ativa dos gestores municipais nas entidades representativas e nas instâncias de governança regional constitui um instrumento fundamental para a defesa dos interesses locais e regionais, evitando que municípios com menor representatividade permaneçam à margem das decisões e oportunidades de desenvolvimento turístico.

A presidente destacou ainda, que uma das principais demandas apresentadas nas reuniões de integração regional refere-se à necessidade de qualificação da mão de obra que atua diretamente nos serviços turísticos, especialmente nos segmentos de alimentação, hospedagem, comércio e atendimento ao visitante. Nesse sentido, foi ressaltada a importância da articulação entre o poder público municipal, as Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), as Faculdades de Tecnologia (FATECs), o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Associação Comercial e demais instituições de ensino e capacitação profissional. Foi esclarecido que a existência de uma unidade da ETEC no município representa uma oportunidade estratégica para a oferta de cursos gratuitos de formação inicial e continuada, inclusive por meio de programas estaduais de qualificação profissional, como o Qualifica SP. Conforme relatado, essas iniciativas podem ocorrer mediante parcerias institucionais nas quais o Centro Paula Souza disponibiliza profissionais, materiais didáticos e insumos necessários à realização das atividades, enquanto a administração municipal oferece os espaços físicos para a execução dos cursos, permitindo o atendimento gratuito à população. Ressaltou-se que tais ações contribuem tanto para a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho quanto para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos turistas, sendo especialmente relevantes para pessoas que buscam oportunidades de emprego e geração de renda.

Conselho Municipal de Turismo de Mongaguá - COMTUR

Biênio 2026/2028.

Ainda no contexto estadual, o secretário executivo Almir D O Marcellino informou que começou em outubro e segue até janeiro mais uma edição da pesquisa de percepção do turista, desenvolvido pela Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, junto com o Centro de Inteligência de Estudos de Turismo, Economia do Turismo, com os 645 municípios do Estado para saber a percepção do morador em relação ao turista. Então, já começou novamente essa pesquisa. Explicou que nós, como COMTUR, e também junto à gestão pública, precisará da participação de todos, como também do município, para a gente saber se mudou também a percepção do morador em relação ao turista de um ano para cá. Para quem estive na reunião de inicio de ano, explicou que foi apresentada o último balanço de como é que foi. Em relação a respondentes, conseguiu passar até mesmo o número de respondentes de cidades, como o Praia Grande, Santos, ficando ali nas primeiras posições. Então deu para a gente ter ali também um panorama da situação.

Com isso será disponibilizado em breve aos participantes a pesquisa de percepção turista, para que vocês tenham uma base das questões que estão sendo solicitadas, até também para o Estado de São Paulo ter uma noção de como o morador vê o turista e, em cima disso, ele poder fazer políticas públicas em relação ao setor, como também a população local, uma vez que nós somos uma estância balneária, uma das 78 esstâncias turísticas do Estado de SP recebe um grande fluxo de turistas, independente se estamos em uma alta temporada ou em uma baixa temporada. Até porque, dos últimos anos para cá, nós não temos mais alta ou baixa temporada.

No mês que vem nós vamos ter uma capacitação também junto ao CIET sobre a pesquisa, mas a pesquisa já está aberta para todos responderem. Começou agora no mês de outubro, deve seguir até janeiro para obter essas informações. E aí, aos poucos, nós vamos tendo também, por parte do Estado, a relação de quantos respondentes cada município teve, porque a partir de 200 respondentes, eles liberam a situação de cada município.

- Informes Gerais: Na sequência, o conselheiro Cesar Carvalho (suplente de imprensa) levantou questionamento sobre a adoção de taxas de acesso e permanência de veículos em municípios turísticos brasileiros, especialmente em destinos do litoral paulista, solicitando esclarecimentos sobre o posicionamento do Governo do Estado de São Paulo e os possíveis impactos dessas medidas sobre o fluxo de visitantes. Durante o debate, foi manifestada preocupação quanto à possibilidade de a cobrança representar um fator de desestímulo à visitação turística, considerando os custos adicionais impostos aos visitantes. Em resposta, foi esclarecido que diversos municípios já adotam mecanismos de autorização e cobrança para a entrada de ônibus e vans de turismo, com a finalidade de organizar o fluxo de visitantes, disciplinar a circulação de veículos e reduzir os impactos do turismo de curta permanência, especialmente aquele que apresenta baixa contribuição econômica para o destino. Entretanto, destacou-se que a eventual cobrança de veículos particulares constitui uma questão distinta, cuja adoção depende das características, necessidades e regulamentações específicas de

cada município. Foram mencionados exemplos de localidades do litoral norte paulista e do município de Guarujá, onde iniciativas dessa natureza vêm sendo discutidas ou implementadas, considerando fatores como a elevada demanda turística, as limitações da infraestrutura urbana, os congestionamentos e as dificuldades de mobilidade, especialmente em municípios que dependem de travessias por balsas. Alguns participantes ponderaram que, caso o objetivo principal seja controlar a capacidade de recepção dos destinos, seria importante avaliar mecanismos de limitação do número de veículos e visitantes, em vez de utilizar exclusivamente a cobrança de taxas, uma vez que o pagamento não necessariamente reduz a quantidade de pessoas que acessam essas localidades. Também foi ressaltado que determinadas iniciativas possuem justificativas ambientais, relacionadas à preservação dos recursos naturais, à redução dos impactos provocados pela circulação de veículos e à necessidade de manutenção da infraestrutura turística. Ao final, destacou-se que a adoção dessas medidas deve considerar as particularidades de cada destino, buscando equilibrar a preservação ambiental, a mobilidade urbana, os interesses da população residente e o desenvolvimento da atividade turística, sem comprometer a atratividade e a competitividade dos municípios.

Banheiros Quimicos: A convidada Marcia Silva indagou a necessidade de disponibilização de banheiros públicos e químicos ao longo da orla marítima de Mongaguá, especialmente durante a temporada de verão, período caracterizado pelo aumento significativo do fluxo de turistas e frequentadores das praias. Durante as manifestações, foi levantado questionamento sobre a instalação desses equipamentos na temporada anterior, considerando a ausência de instalações sanitárias em diversos quiosques e a necessidade de oferecer condições adequadas de higiene e conforto à população e aos visitantes. Foi ressaltado que a disponibilização de sanitários públicos não deve estar necessariamente vinculada aos estabelecimentos comerciais, uma vez que sua finalidade é atender a todos os usuários da praia, evitando a utilização inadequada da faixa de areia e de outros espaços públicos para necessidades fisiológicas. Como referência, foi mencionada a experiência do município de Praia Grande, que, em temporadas anteriores, disponibilizou estruturas sanitárias em contêineres distribuídos ao longo da orla, aproximadamente a cada 500 metros, mediante contratação de serviços de locação. Durante o debate, foram mencionados os custos relacionados à instalação desses equipamentos e a importância de planejamento orçamentário para garantir sua disponibilidade nos períodos de maior demanda. O secretário executivo do Comtur, Almir D O Marcellino, esclareceu que, em Praia Grande, a utilização de banheiros químicos temporários foi descontinuada após a implantação de sanitários públicos permanentes em determinados pontos da orla, não havendo, até aquele momento, previsão de retomada desse modelo de atendimento. Por fim, os participantes reforçaram a importância de avaliar a infraestrutura sanitária disponível em Mongaguá e a necessidade de medidas que assegurem condições adequadas de atendimento aos moradores e turistas, especialmente durante a alta temporada, considerando seus reflexos sobre a saúde pública, a qualidade ambiental e a imagem turística do município.

Conselho Municipal de Turismo de Mongaguá - COMTUR

Biênio 2026/2028.

Sabesp: Questionaram sobre o planejamento e as medidas adotadas pela Prefeitura Municipal de Mongaguá, em conjunto com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), para garantir o abastecimento de água durante a temporada de verão, considerando o expressivo aumento da população flutuante no município. Em resposta, foi informado que a SABESP vem realizando investimentos na infraestrutura de abastecimento de água da Baixada Santista, com recursos estimados em aproximadamente R$ 2 bilhões, contemplando melhorias nos sistemas de captação, tratamento, armazenamento e distribuição. Entre as intervenções mencionadas, destacaram-se as obras de modernização da estação de tratamento de água que atende à região, a implantação de novas estruturas de distribuição e a ampliação da capacidade de reservação, incluindo a previsão de construção de dois novos reservatórios. Foi esclarecido que parte dessas intervenções ainda se encontra em execução, com previsão de conclusão de determinadas obras no início de 2028, não sendo possível contar com a totalidade das melhorias para a próxima temporada de verão. Ressaltou-se que o município, cuja população residente foi mencionada como sendo de aproximadamente 65 mil habitantes, pode receber entre 300 mil e 400 mil pessoas nos períodos de maior movimentação turística, ocasionando significativa pressão sobre os sistemas de abastecimento e distribuição de água. Também foi informado que existe um planejamento operacional para minimizar os riscos de desabastecimento, embora não seja possível assegurar a eliminação completa de eventuais interrupções no fornecimento. Durante as manifestações, destacou-se que períodos de chuvas intensas podem comprometer o funcionamento dos sistemas de captação e tratamento, agravando as dificuldades de abastecimento. Por fim, foi ressaltada a importância do acompanhamento das obras e dos investimentos previstos, bem como da articulação entre a administração municipal e a concessionária responsável, visando à ampliação da capacidade de atendimento, à melhoria da regularidade do fornecimento e à redução dos impactos sobre moradores, comerciantes e turistas, especialmente durante a alta temporada.

A reunião foi finalizada às 20h10 da noite.

Sem mais nada a declarar, eu Almir Douglas de Oliveira Marcellino, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Turismo de Mongaguá, redigi a presente ata, assinada por mim e presidente do órgão, acompanhada da lista de presentes e assinada pelos participantes.

Mongaguá, 28 de outubro de 2026.

ENTIDADE	NOME	MEMBRO
Secretaria de Turismo da Estancia de Mongaguá	Gabriela Sanzoni	Suplente
Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura da Estancia de Mongaguá	Lucas Cavalheiro	Suplente
Secretaria de Cultura da Estancia de Mongaguá	Rafael Sá Correia	Suplente

Conselho Municipal de Turismo de Mongaguá - COMTUR

Biênio 2026/2028.

Camara Municipal de Estancia de Mongagua	Rodrigo Furtado	Suplente
Setor de Rede Hoteleira	Obede Muniz Teodoro	Titular
Setor de Rede Hoteleira	Antonio Araujo de Sousa	Suplente
Setor de Restaurantes e Bares Diferenciados	Silvio Luiz Cabral	Titular
Setor de Restaurantes e Bares Diferenciados	Liamara Zubia Chila	Suplente
Setor de Guia de Turismo	Marilena Campora Alonso	Titular
Setor de Turismologos	Ana Carla Camporeze	Titular
Setor de Turismologos	Jaqueline Gonçalves	Suplente
Setor de Artesãos	Simone Costa da Silva	Titular
Setor de Etec Adolpho Berezin	Michelle S Nascimento	Titular
Setor de Imprensa	Cesar Soares Pires de Carvalho	Suplente
	Alexandre de O Carneiro	Convidado
	Cristian A Cescitim	Convidado
	Joseli Claudino	Convidado
	Marcia Silva	Convidado
	Thais Christofoleti	Convidado
	Adriana Alves	Convidado
	Silvia	Convidado
	Silvio Cesar da Silva	Convidado
	Mariane Mercurio	Convidado
	Jandira Acciolly	Convidada

Em conformidade:

ATA DA 29º REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DA ESTANCIA DE MONGAGUA 11

Conselho Municipal de Turismo de Mongaguá - COMTUR

Biênio 2026/2028.

Michelle Santana do Nascimento
Presidente Comtur

Documento assinado digitalmente
gov.br
MICHELLE SANTANA DO NASCIMENTO
Data: 10/11/2026 13:38:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Almir Douglas de Oliveira Marcellino
Secretário Executivo

Documento assinado digitalmente
gov.br
ALMIR DOUGLAS DE OLIVEIRA MARCELLINO
Data: 11/11/2026 09:01:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ATA DA 29º REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DA ESTANCIA DE MONGAGUA 12